



Dezembro/ 2011

Diretoria Jurídica

Grupo de Estudos



Objetivo

Análise do cenário jurídico brasileiro visando auxílio na tomada de decisões da Diretoria Executiva do Rioprevidência.

Cenário Jurídico consiste em:

- Legislação (DOE, DOU e DOM)
- Jurisprudência (Informativos TCU, STF e STJ)
- Doutrina (Revistas Jurídicas)



Componentes

- Erick Tavares – Diretor Jurídico
- Cristiane Carneiro – Gerente de Apoio Jurídico
- Paula Ganeme – Coordenadora Jurídica
- Flávio Carreiro – Assistente
- Alexandre Moura – Assistente
- Lídia Martins – Assistente Previdenciário
- Ana Luisa Brandão – Residente da PGE
- Aline Cabral – Estagiária da PGE
- Thiago Braz – Estagiário da PGE
- Edson Douglas- Estagiário da PGE



Legislação estadual

- **Lei 6059/2011 – Proibição de tratamento discriminatório às candidatas gestantes em concurso público de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração pública estadual**
- Aspecto relevante: observação de regras que afastem eventuais procedimentos que ponham as gestantes em desvantagem.



Legislação estadual

- **Lei 6112/2011 – Autorização para o RP alienar ativos a fim de usar verbas para fins institucionais.**
- Aspecto relevante: movimentação financeira e aumento de receita.



Legislação estadual

- **Lei 6136/2011 – Concede remissão integral de débitos tributários ou não inscritos em dívida ativa e vencidos até 30 de novembro de 2011.**
- Aspecto relevante: possível perda da autarquia no repasse de verbas oriundas da arrecadação.



Legislação Estadual

- **Lei 6.127/2011 – Alteração no índice de atualização das dívidas tributárias, que passará a ser a taxa Selic a partir de julho**
- Aspecto relevante: com o novo índice, o Estado passa a adotar o padrão de atualização do governo federal.



Legislação estadual

- **Projeto de Lei 1123/2011 – Fixa os subsídios do governador, vice-governador e secretários de estado para o ano de 2012, com alteração de teto das carreiras mencionadas.**
- Aspecto relevante: impacto generalizado sobre folha de pagamento nos órgãos públicos estaduais.



Legislação estadual

- **Decreto 43.301/2011 – Disponibilidade e destinação final de bens móveis inservíveis no âmbito estadual**
- Aspecto relevante: orientação quanto ao procedimento de descarte de bens não utilizados pela autarquia.



Legislação estadual

- **Decreto 43.249/2011 – Disciplina o estágio probatório e a avaliação de desempenho no âmbito da administração pública direta e indireta.**

Aspecto relevante: consolidação de procedimento avaliadores para a autarquia e mais certeza na tomada de decisões.



Legislação estadual

- **Decreto 43.332/2011 – Dispõe sobre sistema de controle interno da administração pública estadual**
- Aspecto relevante: referência quanto à qualidade de serviços prestados ao público externo.



Legislação estadual

- **Resolução PGE 3046 – Aprovação de minuta-padrão de contrato para compra pelo poder público estadual**
- Aspecto relevante: consolidação de procedimentos gerais sobre compras.



Legislação estadual

- **Resolução PGE 3047 – Alteração das notas sobre cláusula de prazo e inclusão de regra sobre termo de rescisão de uso de imóvel do Estado.**
- Aspecto relevante: mais segurança na relação de cessão com pessoas jurídicas de direito público e privado que venham a celebrar contrato dessa natureza.



Legislação estadual

- **Resolução PGE 3048 – inclusão de cláusulas padronizadas nos editais de licitação**
- Aspecto relevante: mais segurança e detalhamento na elaboração de editais dos mais diversos tipos de licitação. Prática já adotada pelo Rioprevidência.



Legislação municipal

- **Lei 5.349 de 29 de dezembro de 2011 – dispõe sobre a proibição de utilização dos espaços em calçadas, onde se encontrem tampas de galerias de concessionárias de serviços.**
- Aspecto relevante: As vagas de estacionamentos ocupadas sobre bueiros deverão estar sinalizadas com a proibição de estacionar.



Legislação Federal

- **Decreto nº. 7.601/2011 – Estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993**
- Aspecto relevante: mais segurança e detalhamento na elaboração de editais dos mais diversos tipos de licitação.



Legislação Federal

- **Lei n.º 12.527/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990;**
- Aspecto relevante: referência para autarquia em relação ao acesso a informações.



[MS 28603/DF, rel. orig. Min. Cármen Lúcia, red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, 6.10.2011.](#)

Anulação de concurso público - intimação de interessados e vinculação ao edital

A noção de devido processo é extensível ao processo administrativo.



[ADI 4357/DF, rel. Min. Ayres Britto, 6.10.2011. \(ADI-4357\)](#)

Precatório – Regime especial e EC 62/2009

O Plenário retomou julgamento conjunto de várias ações diretas, em que se questiona a constitucionalidade da Emenda 62/2009, que alterou o art. 100 da CRFB/88 e acrescentou o art. 97 ao ADCT, instituindo regime especial de pagamento dos precatórios (mora na quitação dos precatórios vencidos).

Obs.: o Min. Luiz Fux pediu vista.



[ADI 484/PR rel. orig. Min. Eros Grau, rel. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski](#)

Carreira especial de advogado – Concurso de efetivação para servidores ocupantes de empregos públicos de advogados e assistentes jurídicos



[MS 25875/DF rel. Min. Marco Aurélio](#)

TCU e Jornada de trabalho de médicos

Mandado de segurança contra ato do presidente do TCU que determinou a ocupantes do cargo de analista de controle externo(área de medicina), que fizessem opção por uma das jornadas de trabalho prevista na Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira de TCU, e conseqüentemente, por remuneração equitativa ao número de horas trabalhadas



[MS 31031 e 31034 rel. Min. Luiz Fux e rel. Min. Ricardo Lewandowski](#)

Projeto que altera distribuição de royalties é questionado no STF.

Segundo os deputados, a proposta fere o Estado Democrático de Direito, a constituição financeira e o modelo federativo brasileiro, pois uma eventual mudança na forma de rateio das participações levará a uma grave crise federativa, com cisão e confronto hostil entre os estados produtores e os não-produtores.

O MS 31031 está sob a relatoria do ministro Luiz Fux, e o relator do MS 31034 o ministro Ricardo Lewandowski.



[RE 661256 e 381367 rel. Min. Ayres Britto](#)

Desaposentação é tema de repercussão geral

Obs.: julgamento suspenso por pedido de vista.



[ADI 4700 rel. Min. Gilmar Mendes](#)

Questionada norma do RJ que permite a deputado fiscalizar individualmente atos do Executivo

Questiona-se dispositivo da Constituição estadual, que permite a qualquer deputado pedir informações sobre atos do Poder Executivo e de suas entidades de administração. Ofensa à Constituição Federal, que confere ao Congresso Nacional a competência para fiscalizar atos do Poder Executivo e em âmbito estadual à Assembléia Legislativa, jamais a um deputado isoladamente. O relator da ADI é o ministro Gilmar Mendes.



[REsp 1.285.183 - RJ](#)

Sucumbência. Taxa Judiciária. Pagamento. Autarquia Estadual



[RMS 32.641-DF](#)

**Demissão na esfera administrativa e absolvição na esfera penal
por ausência de provas.**



[REsp 1.217.346 - RJ](#)

Concurso Público – exigência não contida no edital



[REsp 1.238.439-DF](#)

Proventos. Aposentadoria. Adicional Lei n.º 1.711/1952. Cargo isolado.



[RMS 31.847-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques](#)

Concurso Público. Validade. Novas vagas. Preterição.



[Acórdão 2673/2011](#)

Descumprimento de decisão do TCU. Contratação por inexigibilidade de licitação sem o procedimento dos requisitos legais necessários.



[Acórdão 9520/2011](#)

Impossibilidade jurídica de concessão de pensão civil estatutária à pessoa designada pelo instituidor.



[Acórdão 10.962/2011. rel. Min. José Jorge](#)

Aposentadoria por invalidez. Exercício da mesma atividade laboral em outra entidade.

